

# “Não é ‘Pé na Cova’, é Residencial Jardim Aulídia”: estigma e ressignificação simbólica em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em Açailândia/MA<sup>1</sup>

Ma. Antônio Eliane Lobo Carneiro (UFMA)

<https://orcid.org/0009-0004-8624-3683> – [liianecarneiro@gmail.com](mailto:liianecarneiro@gmail.com)

Dr. Wellington da Silva Conceição (UFMA)

<https://orcid.org/0000-0001-9172-6189> – [wellington.sc@ufma.br](mailto:wellington.sc@ufma.br)

## Resumo

Este artigo analisa como moradores do Conjunto Habitacional Jardim Aulídia, implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Açailândia/MA, enfrentam e ressignificam processos de estigmatização territorial. A pesquisa trata-se de uma etnografia realizada entre 2022 e 2024, e mobilizou observação flutuante, observação direta, entrevistas, conversas informais, registros fotográficos e acompanhamento de grupos de aplicativos de mensagens. Partindo da constatação de que o bairro, popularmente denominado “Pé na Cova”, é associado à violência, ao perigo e à degradação social, o estudo examina as estratégias mobilizadas pelos moradores para contestar tais classificações. Em diálogo com as contribuições teóricas de Erving Goffman e com a noção de reendereço do estigma, argumenta-se que a valorização da denominação “Residencial Jardim Aulídia”, a produção de hierarquias internas e as transformações realizadas nas moradias constituem mecanismos de distinção social e reconstrução simbólica do território. Ao evidenciar as disputas em torno das representações do espaço habitado, o artigo contribui para os estudos urbanos e habitacionais ao demonstrar como o estigma territorial é negociado, deslocado e reelaborado no cotidiano dos moradores.

**Palavras-chave:** Minha Casa Minha Vida; estigma territorial; habitação popular; Açailândia; políticas públicas.

<sup>1</sup> Ferramentas de Inteligência Artificial generativa foram utilizadas exclusivamente para apoio à revisão gramatical, correção ortográfica e aprimoramento da redação de parte deste manuscrito. Todas as decisões relativas ao conteúdo, interpretação dos dados, argumentos e conclusões permaneceram sob responsabilidade integral dos autores.

## “It’s Not ‘Pé na Cova’, It’s Jardim Aulídia Residential Complex”: territorial stigma and symbolic re-signification in a Minha Casa Minha Vida Housing state in Açailândia, Maranhão, Brazil

### Abstract

This article examines how residents of the Jardim Aulídia Housing Complex, developed under Brazil’s *Minha Casa Minha Vida Program* in the municipality of Açailândia, Maranhão, confront and re-signify processes of territorial stigmatization. The study is based on an ethnography conducted between 2022 and 2024, employing floating observation, direct observation, semi-structured interviews, informal conversations, photographic records, and the monitoring of messaging app groups. Starting from the recognition that the neighborhood—popularly known as *Pé na Cova* (“One Foot in the Grave”)—is commonly associated with violence, danger, and social degradation, the article examines the strategies mobilized by residents to challenge such classifications. Drawing on Erving Goffman’s theoretical contributions and the concept of stigma readdressing, it argues that the promotion of the official name “Residencial Jardim Aulídia,” the construction of internal hierarchies, and the physical transformations carried out in residents’ homes constitute mechanisms of social distinction and symbolic reconstruction of the territory. By highlighting the disputes surrounding representations of lived space, the article contributes to urban and housing studies by demonstrating how territorial stigma is negotiated, displaced, and reworked in residents’ everyday lives.

**Keywords:** Minha Casa Minha Vida; territorial stigma; social housing; Açailândia; public policies.

### Introdução<sup>2</sup>

O presente artigo resulta de uma etnografia que realizamos entre os anos de 2022 e 2024 no Conjunto Habitacional Jardim Aulídia<sup>3</sup>, construído e comercializado a partir de recursos, estruturas e normas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>4</sup> na cidade de Açailândia/MA. A urbe em que se insere o lócus da pesquisa é conhecida por ser uma das cidades do estado em pleno desenvolvimento econômico e expansão populacional, assumindo um papel de centralidade para as cidades vizinhas (Nascimento, 1998).

Assim como em outras cidades com destaque em seu desenvolvimento econômico, Açailândia recebeu projetos ligados ao PMCMV do Governo Federal, com o objetivo de com-

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), código de financiamento 001, e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

<sup>3</sup> Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida por Antônio Eliane Lobo Carneiro junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação do professor doutor Wellington da Silva Conceição. A investigação deu origem à dissertação intitulada “*Pé na cova, olho na casa: Um estudo de caso do Programa Minha Casa, Minha Vida Jardim Aulídia em Açailândia – MA*” (Carneiro, 2024).

<sup>4</sup> O programa foi criado pelo Governo Federal em 2009 com o objetivo inicial de construir 1 milhão de habitações a fim de diminuir o déficit habitacional no país, principalmente para as famílias com renda de até três salários-mínimos (Amore, 2005; Cardoso; Lago, 2013).

bater o déficit habitacional do país e proporcionar a realização da compra da casa própria para famílias de baixa renda. O programa iniciou-se em 7 de julho de 2009 com a promulgação da Lei nº 11.977 (a qual foi alterada para a Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011). No seu artigo 3º, apresenta a sua finalidade: “[...] criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (Caixa Econômica Federal, 2009).

O PMCMV proporciona a construção de habitações destinadas a famílias de baixa renda a partir do barateamento dos financiamentos e subsídios, provendo teto principalmente para pessoas carentes e que vivem em condição precária de moradia. Desse modo, apesar de alguns problemas apresentados em suas execuções por todo o país, tornou-se o principal instrumento no combate ao déficit habitacional. Ao longo dessas quase duas décadas, tem ganhado uma proporção de política de estado, sendo inegável a sua relevância para a provisão habitacional recente, assim como para a dinamização econômica do setor imobiliário.

O Conjunto Habitacional Jardim Aulídia tornou-se nosso objeto de campo, pois as notícias que tínhamos do bairro nos chamavam a atenção enquanto pesquisadores: o nome dado popularmente ao local – Pé na Cova – revelava que nesse contexto, mais uma vez, se repetem processos de segregação e exclusão com base no endereço das pessoas envolvidas. O nome certamente não indicava só a vizinhança de um cemitério (o que, por si só, já se apresenta como algo depreciativo no contexto brasileiro), mas um espaço de impureza e perigo (Douglas, 1996). Tal percepção nos foi reforçada pelas representações do bairro, que passavam a ocupar o imaginário dos demais cidadãos: bairro perigoso, local de moradia de criminosos, espaço privilegiado para compra de drogas e demais práticas ilegais etc.

Com cerca de 3 mil moradias, o Jardim Aulídia tornou-se elemento importante da expansão urbana recente de Açailândia. Entretanto, as narrativas dos moradores revelam que a implantação do conjunto habitacional foi acompanhada por um processo de periferização<sup>5</sup> que afeta significativamente a vida cotidiana local. A precariedade no acesso a serviços públicos fundamentais – transporte, educação, saúde e segurança – associada à produção de representações estigmatizantes sobre o bairro e seus habitantes, reproduz uma contradição frequentemente observada em programas de habitação popular: garante-se o acesso à casa própria, mas não necessariamente ao direito à moradia e à cidade.

Diante dessas percepções prévias, demos prosseguimento a uma agenda de pesquisa etnográfica para compreender a percepção desses moradores sobre o bairro que habitam (resultado de uma política de habitação da qual foram beneficiários), assim como as estratégias utilizadas para lidar com os efeitos do estigma (Goffman, 1982) e reconstruir seu cotidiano. Levando em consideração que tal programa foi retomado em 2023 pelo novo Governo Lula, acreditamos que trabalhos dessa natureza sejam de grande importância para avaliar e apontar rumos para as políticas de habitação a partir das representações dos próprios usuários.

Quanto à empreitada etnográfica, a observação flutuante<sup>6</sup> foi a técnica de investigação utilizada nos primeiros contatos em campo, ocorrendo esporadicamente em dias e horários alternados a fim de assimilar o cenário e obter um primeiro levantamento dos atores e práticas

<sup>5</sup> Periferização, segundo Rufino (2015), é o processo de implantação de empreendimentos habitacionais em áreas periféricas ou em vazios urbanos de baixo valor fundiário, reforçando ou produzindo novas formas de segregação socioespacial. Ainda segundo o autor, tais escolhas locais, motivadas sobretudo pelo menor custo da terra, tendem a afastar os moradores de infraestruturas, serviços públicos e oportunidades urbanas.

<sup>6</sup> Segundo Pétonnet (2008, p. 4), a “observação flutuante” consiste em “permanecer disponível, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso. [...] se deixar flutuar – ou, dito de outro modo, ao se mostrar desatenta ao conhecimento apriorístico –, se deixa conduzir pelo inesperado, pelo modo como as pessoas se apresentam num dado momento e determinado lugar da cidade – em um dado endereço”.

sociais. Buscamos apreender características do contexto onde ocorrem as práticas de maior expressividade dos grupos, de modo que foi possível observar maior movimentação nas ruas "de cima" (primeiras ruas do bairro), entre elas, a conhecida pelos moradores como a "rua do comércio", devido ao fluxo constante de pessoas diariamente.

Posteriormente, utilizamos como principal recurso a observação direta na convivência com os moradores do Jardim Aulídia, por meio de visitas constantes e sistemáticas ao referido bairro entre os anos de 2022 e 2024. Por existir no espaço urbano um conjunto de símbolos e práticas que numa primeira leitura não são facilmente identificáveis, o uso da observação direta se tornou imprescindível, a fim de resgatar essa dimensão dada à incorporação dos atores e suas práticas, permitindo outros pontos de vista sobre a dinâmica do bairro e da cidade. A presente pesquisa trata de um composto de ações e relações que ganham vida a partir do trabalho etnográfico, que tem desempenhado um papel fundamental para a investigação das implementações de políticas públicas e suas apropriações pelos beneficiários.

Parte da pesquisa foi realizada por meio da observação das interações entre moradores em grupos de WhatsApp, espaço no qual circulavam debates, conflitos, reivindicações e formas cotidianas de sociabilidade relacionadas à experiência de moradia no conjunto habitacional. Em um contexto marcado pela crescente centralidade das tecnologias digitais, esses ambientes virtuais constituem importantes instrumentos de organização social, mobilização coletiva e compartilhamento de informações.

Durante o período da pesquisa, o acesso a esses grupos dependia da autorização da presidente da associação de moradores, que atuava como única administradora dos dois principais grupos do bairro: o "Só Vencedores", composto por 286 integrantes, majoritariamente homens, e o "Só Vencedoras", formado por 382 participantes exclusivamente do sexo feminino. Ambos os grupos reuniam moradores e ex-moradores do Jardim Aulídia, configurando-se como espaços privilegiados para acompanhar dinâmicas de convivência, circulação de informações e disputas simbólicas relacionadas ao cotidiano local.

A utilização de outros recursos, como caderno de campo, fotografias, entrevistas e conversas informais com os interlocutores durante o período de realização da coleta de dados, foram imprescindíveis para que se pudesse compreender a composição morfológica e social do bairro, assim como as práticas dos grupos atuantes. Com isso, conseguimos mapear parte das relações estabelecidas entre os moradores do residencial e as estratégias de uso e apropriação das casas e do espaço público.

Neste texto apresentamos nossa análise sobre o processo de construção de identidades coletivas e classificações internas por parte dos moradores do Jardim Aulídia, representações essas construídas a partir do espaço em que vivem e das relações firmadas com os demais cidadãos. Observamos especialmente dois mecanismos simbólicos utilizados pelos moradores. São esses:

- A luta por resignificar o local que sofre com o estigma imposto: composto por ações que vão do resgate do nome "Residencial Jardim Aulídia" (em vez de "Pé na cova") à produção de distinções sociais internas, ou seja, uma prática de "reendereçar o estigma" (Conceição, 2018), apontando localidades e/ou sujeitos como os responsáveis por possíveis interpretações estereotipadas sobre o bairro;
- As transformações e apropriações do espaço da casa: feitas conforme as necessidades econômicas e simbólicas dos moradores, essas adaptações revelam que o espaço planejado originalmente pelo PMCMV foi sendo modificado pelos próprios beneficiários, que redefiniram as casas para gerar renda, facilitar o acesso a serviços,

fortalecer vínculos de pertencimento ou aprimorar as estratégias de segurança e hierarquização. Elementos como câmeras, grades e cercas elétricas não representam apenas preocupação com segurança, mas também funcionam como mecanismos de distinção simbólica, aproximando certas residências da estética de "residencial" ou "condomínio" e afastando-as da imagem de conjunto habitacional popular.

Reconhecemos, a partir dessa etnografia, que o bairro é marcado por processos simultâneos de pertencimento, estigma, distinção e reorganização simbólica do espaço, e a identificação desses processos permitem-nos compreender como os moradores reinterpretam o conjunto habitacional a partir de suas experiências passadas e cotidianas, necessidades econômicas e estratégias de valorização social.

## **O lócus da pesquisa: Açailândia e o Residencial Jardim Aulídia**

O município de Açailândia está localizado na região sudoeste do Maranhão, a 70 km de Imperatriz<sup>7</sup> e a 562 km da capital São Luís, com população estimada de 106.550 pessoas, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. A cidade foi emancipada em 6 de junho de 1981, quando foi desmembrada do município de Imperatriz (Nascimento, 1998). Açailândia é a oitava cidade mais populosa do Maranhão, sendo a 57ª na região Nordeste. Os limites geográficos da cidade são: ao norte com os municípios de Itinga, a leste com os municípios de Bom Jesus das Selvas e Buriticupu, a sul com São Francisco do Brejão, Cidelândia, João Lisboa e Imperatriz, e a oeste com os municípios paraenses de Rondon do Pará e Dom Eliseu.

O município de Açailândia tem sua origem diretamente relacionada às políticas de integração territorial implementadas pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX. O primeiro núcleo de ocupação consolidou-se durante a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), no final da década de 1950, quando trabalhadores, comerciantes e migrantes de diferentes regiões do país passaram a se estabelecer às margens da estrada, dando origem ao povoado de Açailândia, então pertencente ao município de Imperatriz. Nas décadas seguintes, a abertura de novas frentes de colonização, a expansão da atividade madeireira, da pecuária extensiva e, posteriormente, da mineração e da siderurgia transformaram a localidade em um importante polo econômico do sudoeste maranhense. Açailândia consolidou-se como um dos principais centros urbanos da Amazônia Maranhense (Nascimento, 1998).

De acordo com os últimos dados do IBGE, o município apresentou significativo desenvolvimento econômico no período de 2010 a 2017 com o seu Produto Interno Bruto (PIB) tendo crescido 117,6% (G1 Maranhão, 2023). A exportação do ferro gusa é a principal fonte econômica de Açailândia, gerada por cinco indústrias siderúrgicas instaladas no distrito industrial do Pequiá, sendo considerado o maior polo cruzeiro do Norte e Nordeste do país, com participação em 35% no PIB total do município em 2017. A cidade possui ainda uma distribuidora da Petrobras e o segundo maior entreposto da Vale no Maranhão<sup>8</sup>, formada pelas Estradas de Ferro Carajás (EFC), que liga o estado do Maranhão ao Pará, partindo da capital São Luís, passando

---

<sup>7</sup> Localizada na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com a população, em 2021, de 259.980 habitantes (IBGE), sendo assim o segundo município mais populoso do estado maranhense. A cidade se estende pela margem direita do Rio Tocantins e é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, sendo uma cidade de grande importância para a articulação dessa região, e até classificada como "capital regional" (Araújo, 2016).

<sup>8</sup> Entroncamento da Estrada de Ferro Carajás com a Ferrovia Norte-Sul, constituindo-se no maior entroncamento rodoferroviário do Norte e Nordeste do Brasil (Vieira; Oliveira, 2020).

por Marabá/PA e finalizando em Parauapebas/PA; quanto à Ferrovia Norte-Sul (FNS), esta interliga Açailândia a Barcarena/PA.

A construção da EFC e da FNS impulsionou o cenário econômico trazendo desenvolvimento regional e local com o escoamento do ferro gusa pelo eixo ferroviário da FNS, desempenhando grande importância na logística brasileira para o escoamento da produção de minerais do país. Estados como Goiás, Tocantins e Maranhão viam na FNS mais uma alternativa de aumentar e escoar sua produção por meio de um sistema de transporte mais barato. A industrialização provocou um encadeamento produtivo no território, com efeito multiplicador na área comercial e de prestação de serviços, contribuindo fortemente para a elevação do PIB do município.

A organização territorial do município foi profundamente influenciada por esse modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos de infraestrutura e na exploração de recursos naturais. A expansão da malha urbana ocorreu de forma acelerada e, muitas vezes, desordenada, acompanhando os eixos rodoviários e ferroviários e reproduzindo uma lógica de segregação socioespacial. Enquanto atividades industriais e logísticas concentraram investimentos e dinamizaram a economia local, parcelas significativas da população de baixa renda foram sendo direcionadas para áreas periféricas, frequentemente marcadas por precariedade de infraestrutura e reduzido acesso a serviços públicos (Nascimento, 1998). É nesse contexto de expansão urbana e periferização que se insere a implantação de grandes conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, como o Residencial Jardim Aulídia.

Vale ressaltar que antes da implantação do Residencial Jardim Aulídia, a área correspondia a uma propriedade rural situada na zona de expansão urbana de Açailândia, caracterizada pela baixa ocupação humana e pela predominância de vegetação nativa. Assim como ocorreu em grande parte do território municipal, essa cobertura vegetal foi sendo progressivamente substituída em função do avanço das atividades agropastoris e da expansão da malha urbana, processos que marcaram as intensas transformações da paisagem açailandense nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI.

Uma análise de imagens históricas do Google Earth pode evidenciar esse cenário: em registros de 2011, observa-se uma extensa área verde, na qual são praticamente inexistentes edificações ou outras formas significativas de ocupação humana. Nesse contexto, a implantação do Jardim Aulídia constitui mais um momento da produção do espaço urbano de Açailândia, convertendo uma área anteriormente coberta por vegetação nativa, posteriormente incorporada à fronteira agropastoril, em um dos maiores conjuntos habitacionais do município, redefinindo a ocupação da periferia e ampliando os limites da urbanização local.

As obras do Conjunto Habitacional Jardim Aulídia tiveram início em meados de 2012 e o primeiro sorteio das unidades ocorreu em 2014. Contudo, problemas identificados na estrutura física das moradias e na rede de esgotamento sanitário levaram à interdição do empreendimento pela vistoria técnica da Caixa Econômica Federal (CEF), o que impediu a entrega dos imóveis aos beneficiários. As primeiras unidades habitacionais somente foram entregues em 28 de junho de 2018. O longo intervalo entre o sorteio e a efetiva ocupação das casas fez com que parte dos contemplados desistisse do empreendimento, uma vez que, nesse período, já havia encontrado outras alternativas de moradia. O processo de distribuição das unidades foi concluído apenas em 2023, quando ocorreu o sorteio dos últimos imóveis disponíveis. Embora o embargo realizado pela CEF seja um elemento central para compreender essa demora, ela também deve ser analisada à luz das transformações e discontinuidades que marcaram a trajetória recente da política habitacional brasileira, tema que será discutido a seguir.

Os últimos anos do governo Dilma (2015-2016) foram marcados por uma série de crises institucionais que atrapalharam o calendário de políticas públicas que eram identificadas com os governos do Partido dos Trabalhadores<sup>9</sup> (Lula, de 2003 a 2010, e Dilma, entre 2011 e 2016). A presidência de Michel Temer (2016-2018), na era pós-*impeachment*, promoveu intervenções imediatas no PMCMV, primeiramente paralisando suas atividades para promover uma reformulação do programa, com a adoção de medidas como o aumento da renda necessária para acessar o programa e a adoção de novas práticas punitivas para os inadimplentes. Por fim, no Governo Bolsonaro (2019-2022) o PMCMV teve seu funcionamento interrompido e foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela. Sem grandes investimentos e publicidade, não teve a mesma popularidade e bons resultados do programa anterior, abrindo brechas para o seu retorno em 2023, no terceiro mandato do presidente Lula.

Políticas públicas como o PMCMV assumem grande relevância no contexto social maranhense, uma vez que esse estado, segundo dados de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), ocupava a primeira posição nacional em habitação precária, apresentando déficit habitacional relativo de 38,1% – equivalente a 570.606 moradias. Nesse cenário, além de se configurarem como políticas públicas fundamentais para a redução das desigualdades habitacionais, iniciativas dessa natureza também se tornam estrategicamente valorizadas por promoverem visibilidade política aos agentes envolvidos em sua implementação. A gestão dos recursos destinados para essas construções também se torna objeto de interesse, e muitas vezes acabam por privilegiar mais as instituições envolvidas que os próprios beneficiários<sup>10</sup>.

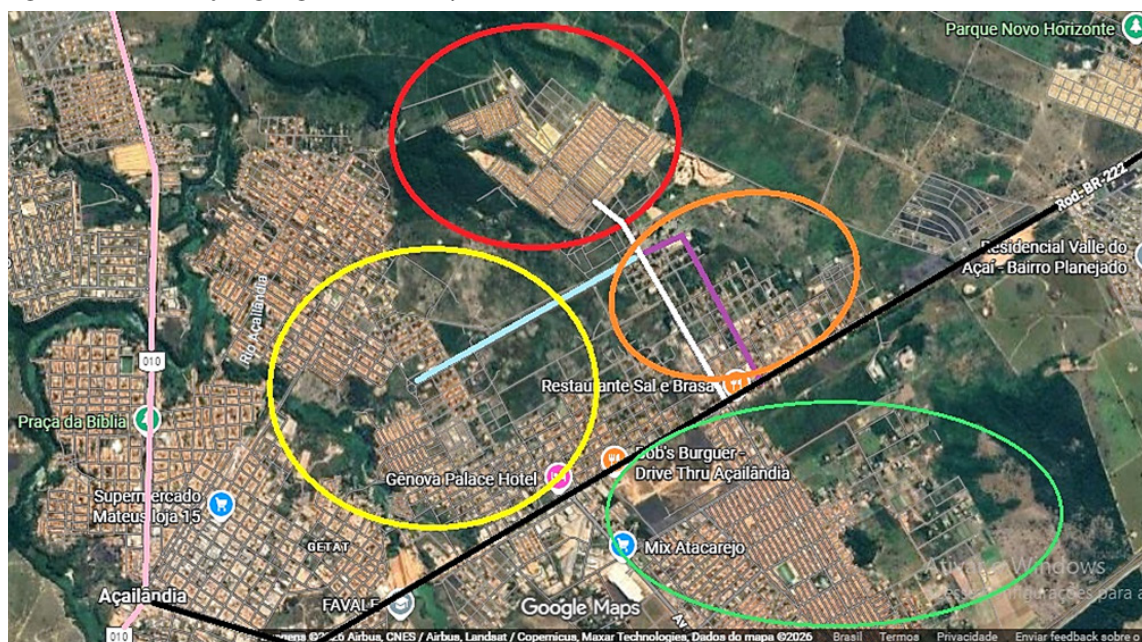
A localização do conjunto habitacional é relativamente distante dos principais pontos urbanos da cidade que, conforme apresentado anteriormente, está em uma área considerada de baixo valor imobiliário. Para assimilarmos da melhor forma os dados discutidos, a seguir apresentaremos imagens do conjunto geradas pela ferramenta *Google Street View*. Esse recurso foi utilizado por permitir uma melhor análise da localização, divisão e dimensão territorial do conjunto. Com a imagem em uma dimensão macro, poderemos situar o conjunto habitacional em relação aos demais pontos da cidade. Segundo Maricato (2009, p. 43), a localização está na base do entendimento das dinâmicas de segregação socioespacial no meio urbano. Dessa forma, o mercado privado legal monopoliza as boas localizações e a população de baixa renda ocupa o que sobra.

---

<sup>9</sup> Além do Programa Minha Casa Minha Vida, outro fortemente identificado com os governos desse partido foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007.

<sup>10</sup> Uma das principais críticas ao PMCMV (Cardoso; Lago, 2015) foi o alto poder decisório do setor privado (no caso, as construtoras) na implantação dessa política pública, que escolhia o local da edificação, o formato da unidade e do coletivo da habitação (casa ou apartamento, condomínio ou conjunto habitacional), os materiais e os métodos de construção etc. Na intenção de maximizar os lucros (economizando o quanto possível), as construtoras optaram por repassar aos beneficiários moradias com problemas de ordem estrutural ou social.

Figura 1 – Localização geográfica do conjunto habitacional



Fonte: Google Street View (2026).

Explorando a Figura 1, está destacado em vermelho o território objeto da nossa pesquisa, que consiste em aproximadamente 2.500 m, e que na extremidade sul faz divisa com os bairros Vila Ildemar e Residencial Tropical (em verde). É importante ressaltar que esses bairros, até a habitação do Jardim Aulídia, detinham o estigma de “bairros mais violentos da cidade” (a partir dos dados de homicídios na cidade e de notícias sensacionalistas sobre os locais). A leste (em laranja) está o bairro Parque da Nações, onde está situada a Prefeitura Municipal, e a oeste (em amarelo) estão os bairros Nova Açailândia, Capeloza, Jardim América e parte da Vila São Francisco.

Duas rodovias dividem e interligam a cidade ao país, entre elas a BR-010 ou Belém-Brasília (em rosa), que percorre os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, ligando o Norte ao Sul do país. Do mesmo modo, a BR-222 (em preto) interliga os estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Caracteriza-se como o ponto de acesso mais antigo ao conjunto habitacional, mesmo estando a 2,5 km de distância do bairro, sendo trafegado pela Rua Venezuela (em lilás) até o início da Avenida Radial Leste (em azul), em frente ao cemitério. Em seguida, à direita, adentra-se na Rua Paraguai (em branco) até chegar nas primeiras casas do conjunto habitacional.

Apresentada a perspectiva macro, faz-se necessário conhecer as demarcações internas do bairro para ambientar o cenário de campo. Nele buscaremos situar o leitor sobre as principais ruas e avenidas, pontos de serviços disponíveis aos domiciliados, assim como os locais de uso comum.

A Figura 2 permite visibilizar a dimensão territorial do bairro, assim como identificar ruas e serviços públicos disponíveis. O percurso inicia pela Rua Paraguai (trajeto em branco), que é a única via de entrada e saída do bairro, portanto, conhecida pelos moradores como “Rua do Acesso ou Avenida do Acesso”, que inicia às margens da BR-222 e segue no logradouro até a Quadra 58. Nessa rua estão situadas as principais redes de assistência aos residentes.

Ao chegar ao bairro, no primeiro quarteirão à esquerda está localizado um posto da Polícia Militar, estando a 100 metros de uma parada de ônibus escolar. Mais adiante, seguindo pela avenida no final da Quadra 58, está localizada a residência onde funciona provisoriamente

a Unidade Básica de Saúde (UBS), e em frente está a quadra poliesportiva do bairro, que foi degradada pouco tempo depois da entrega das primeiras unidades. Em seguida, percorrendo até o final da Quadra 65 e virando à direita na Quadra 62, avistamos a construção da Creche Escolar, que estava prevista desde 2012, no início das obras do projeto habitacional.

Figura 2 – Conjunto Habitacional Jardim Aulídia



Fonte: Google Street View (2024).

A rua destacada em vermelho corresponde à Rua Três, marcada pelo predomínio de usos residenciais e pela presença reduzida de estabelecimentos comerciais. Em contraste, a Rua Dez (em verde), principal referência espacial do bairro, concentra um número significativo de atividades comerciais e apresenta intenso fluxo de pessoas, razão pela qual é popularmente conhecida pelos moradores como “Rua do Comércio”. Entre essas duas vias localizam-se, lado a lado, dois dos equipamentos urbanos mais aguardados pela população local: a nova UBS e uma quadra poliesportiva com pista de skate, ambos situados na Quadra 39. Já a Rua Onze (em azul) constitui a principal via de circulação interna do conjunto habitacional, atravessando o bairro desde a Rua Paraguai até a Quadra 49.

Tanto a observação direta quanto a análise de imagens de satélite revelaram a presença de unidades habitacionais desocupadas nas primeiras quadras localizadas em ambos os lados da entrada do bairro pela Rua Paraguai. Durante as visitas iniciais realizadas em 2022, causou estranhamento o fato de que a paisagem que recepcionava quem chegava ao Jardim Aulídia fosse marcada por muitas dessas casas em estado de abandono e deterioração. Como essas construções ocupavam uma posição estratégica na entrada do conjunto, tornavam-se um elemento incontornável da experiência de acesso ao bairro. Com o aprofundamento do trabalho de campo e a busca por informações complementares junto à Secretaria Municipal de

Assistência Social (Semas), foi possível compreender melhor a trajetória dessas moradias e os fatores que contribuíram para sua condição de abandono.

Segundo informações obtidas junto à Semas, a construção do Jardim Aulídia foi executada por diferentes construtoras, cujos desempenhos foram bastante desiguais. Enquanto algumas concluíram as obras conforme o cronograma previsto, outras acumularam atrasos significativos ou abandonaram parte dos trabalhos antes de sua conclusão, situação observada especialmente nas unidades localizadas na entrada do bairro. Esse processo produziu uma ocupação fragmentada do conjunto habitacional, uma vez que a entrega das moradias ocorreu em momentos distintos. Conforme relatou uma servidora vinculada à Semas desde 2017, os sorteios e a distribuição das unidades acompanharam o ritmo de conclusão das obras, impedindo uma ocupação sincronizada das quadras e contribuindo para uma configuração territorial marcada por diferentes temporalidades de assentamento dos moradores.

Embora não tenhamos produzido um levantamento sistemático sobre o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos moradores do Residencial Jardim Aulídia – tampouco tenhamos localizado dados dessa natureza em outras fontes –, as observações realizadas durante o trabalho de campo indicam que o conjunto reproduz, em grande medida, a composição demográfica do município de Açailândia. A partir da perspectiva dos marcadores sociais da diferença, entende-se que categorias como raça, gênero e classe não constituem apenas características descritivas da população, mas elementos que estruturam posições sociais, experiências de desigualdade e oportunidades de acesso a direitos. Nesse sentido, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), 77% da população do município é negra, sendo 66,5% de pessoas pardas e 10,5% de pessoas pretas, enquanto as mulheres representam 50,3% dos habitantes.

Em nossa pesquisa, as interações ocorreram predominantemente com mulheres negras, o que pode ser explicado também pela própria dinâmica cotidiana do bairro. Durante o dia, era comum que muitos homens estivessem ausentes da casa em razão do trabalho fora, enquanto as mulheres permaneciam na residência, dedicando-se aos afazeres domésticos ou conciliando essas atividades com ocupações desenvolvidas no próprio conjunto, como comércio informal, serviços de manicure, vendas de produtos e outras formas de geração de renda.

Os indicadores socioeconômicos do município também ajudam a compreender o contexto social em que se insere o Jardim Aulídia. Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais em Açailândia corresponde a 2,2 salários mínimos. Entretanto, a realidade observada durante o trabalho de campo sugere que parcela significativa dos moradores do conjunto não alcança esse patamar de rendimento, uma vez que grande parte deles está inserida em ocupações informais (muitas realizadas no próprio residencial), instáveis e de baixa remuneração<sup>11</sup>.

Essa percepção encontra respaldo em outros dados do próprio IBGE, segundo os quais 44% da população do município vive com rendimento mensal *per capita* de até meio salário mínimo. A sobreposição desses marcadores sociais da diferença – uma população majoritariamente negra, de baixa renda e fortemente inserida em ocupações precárias – contribui para compreender por que o conjunto habitacional se torna um espaço onde diferentes formas de desigualdade se acumulam e se reforçam mutuamente. Nessa perspectiva, o estigma territorial

<sup>11</sup> Ainda que não existam dados oficiais sobre desemprego e informalidade para Açailândia, os indicadores disponíveis apontam para um contexto de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o IBGE, em 2022 o município possuía 20,8% da população total como ocupada. Esse cenário insere-se em uma realidade estadual marcada pela precarização do trabalho: no quarto trimestre de 2025, o Maranhão registrou a maior taxa de informalidade do país (57,3% da população ocupada), além de figurar entre os estados com os maiores índices de desalento (IBGE, 2026).

não se produz de forma isolada, mas dialoga com desigualdades preexistentes, potencializando processos de discriminação que extrapolam a dimensão da moradia.

## **“Não é Pé na Cova, é Jardim Aulídia”: estigma e resignificação dos espaços e sujeitos**

O Residencial Jardim Aulídia é frequentemente associado, nas representações de muitos moradores de Açailândia, à violência e à insegurança<sup>12</sup>. Ao longo do trabalho de campo, em conversas com residentes da região central da cidade, ouvimos repetidas vezes para tomarmos cuidado, visto que o conjunto habitacional seria o bairro mais violento e perigoso do município. Entretanto, essa imagem contrasta com os dados de homicídios referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023, que identificam a Vila Ildemar – e não o Jardim Aulídia – como o bairro com os maiores índices de violência letal na *urbis*. Situada ao sul do conjunto habitacional, a Vila Ildemar já ocupava historicamente essa posição antes mesmo da construção do Jardim Aulídia. A permanência dessa representação negativa, apesar das evidências estatísticas em sentido contrário, revela a força dos processos de estigmatização territorial e a relativa autonomia das classificações sociais em relação às condições objetivamente observáveis (Carlos Cristiano Notícias, 2023).

Vale dizer que ao trabalhar com o conceito de “estigma”, nos referimos aos usos de Erving Goffman (1982). Segundo o autor, o termo foi criado na Grécia Antiga para nomear marcas feitas em corpos que eram utilizadas para evidenciar algo mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. No contexto atual, a categoria serve para indicar marcas socialmente atribuídas a pessoas ou grupos que não correspondem à ideia generalizada do que é “comum” e/ou “normal” e que, por isso, estão inabilitadas para a aceitação social plena. O autor ressalta ainda que o estigma, que é uma construção social, está mais relacionado às interações do que aos atributos que o compõem, podendo variar de uma sociedade para a outra: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, honroso nem desonroso [...] Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1982, p. 13).

Pensar o lugar onde moram os sujeitos também significa compreender quem são aqueles que ocupam o território. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades, muitos dos moradores desses espaços já carregam estigmas associados à raça, à classe social, ao gênero, à ocupação, à renda ou às suas trajetórias de vida. Na perspectiva de Goffman (1982), esses atributos desacreditadores condicionam as formas de interação social, produzindo identidades depreciadas antes mesmo de qualquer referência ao território. Assim, as formas de habitação destinadas à população de baixa renda acabam reunindo grupos que já experimentam processos de discriminação em diferentes esferas da vida social.

Nesse sentido, os significados negativos atribuídos a esses lugares constituem, inicialmente, um reflexo dos estigmas que seus moradores já carregam consigo. Bourdieu (2008) já

<sup>12</sup> Um dos elementos que ajudam a compreender esse processo de estigmatização do Residencial Jardim Aulídia é a forma como o bairro é retratado nos meios de comunicação, especialmente em páginas de notícias e redes sociais. Enquanto as publicações realizadas durante sua implantação abordavam o andamento das obras, os atrasos na construção e a entrega das moradias, após a ocupação do conjunto a cobertura passou a privilegiar quase exclusivamente episódios de violência. Confrontos entre suspeitos e a Polícia Militar, apreensões de drogas, homicídios e operações policiais tornaram-se as principais referências ao bairro (Cf. CGN Oficial, 2025; Portal Açailândia, 2026; G1 Maranhão, 2026). A recorrência desse tipo de notícia contribui para consolidar um imaginário que associa o Jardim Aulídia quase automaticamente à violência e à criminalidade. Como consequência, experiências marcadas pela convivência, pelas redes de solidariedade, pelas iniciativas comunitárias e pelas estratégias cotidianas de construção da vida local permanecem praticamente invisíveis.

apontava que a disposição dos agentes na cidade revela um espaço social inscrito e intimamente relacionado com o espaço físico: “o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (Bourdieu, 2008, p. 160).

Entretanto, esse processo produz também um efeito circular e perverso. À medida que determinados territórios passam a ser identificados como espaços da pobreza, da violência ou da marginalidade, o próprio local converte-se em um atributo estigmatizante. O endereço deixa de ser apenas um dado de localização e transforma-se em um marcador social capaz de antecipar julgamentos, restringir oportunidades e orientar formas de tratamento. Se, em um primeiro momento, o estigma dos sujeitos é projetado sobre o território, posteriormente o território passa a devolver esse estigma aos seus moradores, reforçando e ampliando processos de discriminação.

Inseridas em classificações simbólicas associadas às noções de pureza e perigo (Douglas, 1996), as representações construídas em torno do Jardim Aulídia frequentemente recorrem à alcunha “Pé na Cova”. Entre os moradores de outras áreas da cidade, essa denominação costuma ser justificada pela localização do conjunto habitacional ao lado do maior cemitério de Açailândia. Como a necrópole margeia duas das principais vias de acesso ao bairro, quem entra ou sai do Jardim Aulídia inevitavelmente transita por suas proximidades. Contudo, embora a associação espacial com o cemitério seja um elemento objetivo da paisagem local, a expressão “Pé na Cova” é amplamente rejeitada pelos moradores, que a percebem como uma forma depreciativa de identificação do bairro e de seus habitantes.

Quanto a essa particularidade, notamos em diálogos presenciais, assim como em conversas nos grupos de aplicativos de mensagens formados por moradores (e do qual fizemos parte até o fim da pesquisa), que referir-se ao bairro como “Pé na Cova” era sinônimo de desapareço.

A pesquisa indicou que os moradores não compreendem a expressão como um mero marcador espacial. Ao contrário, ela é percebida como uma forma de desqualificação moral e social dos residentes do bairro. No imaginário popular, alguém que está “com o pé na cova” encontra-se em uma condição limite, associada à decadência, ao fracasso ou a problemas considerados difíceis de superar. A recusa dos moradores em relação a essa denominação decorre justamente do conteúdo valorativo que ela carrega, pois a categoria não apenas identifica um território, mas também produz uma classificação social de seus habitantes. Desse modo, o estigma territorial converte-se em estigma social, atribuindo aos moradores uma identidade depreciada e reforçando fronteiras simbólicas entre eles e os demais cidadãos.

Outro ponto curioso sobre o nome “Pé na Cova” é que na época em que finalizavam as obras para entrega dos imóveis era transmitida, em um canal aberto, uma série de humor com o mesmo nome: *Pé na Cova* (2013-2017)<sup>13</sup>. O enredo se passava no subúrbio do Rio de Janeiro, onde o panteão de personagens era formado por um casal homoafetivo, um homem trans, uma alcoólatra e uma *stripper*, que de imediato transmitem uma imagem de politicamente incorretos, desconexos com os padrões a serem seguidos pela ética da moral e bons costumes da sociedade tradicional.

O incômodo provocado pela alcunha tornou-se evidente nas interações observadas no grupo de WhatsApp “Só Vencedoras”, em que moradoras e ex-moradoras ocasionalmente

<sup>13</sup> Série *Pé na Cova* (Cf., Memória Globo, 2023). Encontramos em algumas cidades brasileiras outros espaços populares “batizados” com nomes de produções audiovisuais. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma favela do complexo de Maré se chama *Salsa & Merengue*, em referência à novela da rede Globo de Televisão, de 1996. Acreditamos que o nome da série e sua popularidade foi aproveitado diante do contexto de proximidade do cemitério.

divergiam sobre a forma de nomear o bairro. Não eram raros comentários que associavam o "Pé na Cova" à violência e à desordem, como "Nossa, o Pé na Cova está perigoso demais" ou "No Pé na Cova sempre tem confusão". Em resposta, moradoras frequentemente reivindicavam o uso da denominação oficial – "Jardim Aulídia" – e questionavam a associação automática entre o bairro e a criminalidade, ressaltando que situações semelhantes ocorrem em diversas outras áreas de Açailândia.

Embora a maioria dos moradores rejeite essa denominação, alguns poucos acabam resignificando-a positivamente em suas falas cotidianas. Isso pode ser observado no áudio transcrito a seguir, no qual Glória<sup>14</sup>, de 41 anos, mulher parda e mãe solo, conversava com outras moradoras sobre os comentários ofensivos direcionados ao bairro, demonstrando que tais estigmas não a impediam de apreciar o lugar onde vive:

Eu venho de outra cidade, primeiro morei na Vila Ildemar e depois o lugar que eu achei uma casinha melhor pra morar foi aqui. E quando eu morrer eu quero ser enterrada bem pertinho, ainda bem que moro pertinho. O pessoal chama Pé na Cova aqui, eu faço é achar bom. Pois quando eu morrer quero ser enterrada aqui mesmo, pertinho da minha casa para não dar trabalho pro meu filho ir me visitar, passar todo dia pra ir pra rua e ele só olhar pro lado assim e já saber onde eu estou.

Diálogos como esses, em defesa do espaço que habitam, são frequentes no grupo. Rejeita-se qualquer comentário pejorativo em relação à localização das casas. Notamos em campo que o estigma territorial é algo que os incomoda, mas não os intimida.

O próprio uso do termo "residencial" nos foi apontado pelos moradores como uma estratégia para melhorar a imagem da localidade. Notamos que os residentes do espaço constantemente referem-se a ele como "Residencial Jardim Aulídia", diferente de quem é de fora, que geralmente chama de "Jardim Aulídia", "Conjunto Jardim Aulídia" ou "Pé na Cova". Posto isso, referir-se ao bairro como um conjunto habitacional é visto de forma pejorativa pelos moradores locais, pois o termo remete a uma das formas de habitação mais estigmatizadas nos contextos urbanos, perdendo, na maioria das vezes, só para as favelas. E vale ressaltar que a comparação entre conjuntos habitacionais e favelas é uma constante em várias cidades brasileiras.

Ao enfatizarem a designação de "residencial" para se referirem ao bairro (termo amplamente associado, no contexto regional, a empreendimentos habitacionais destinados às classes médias e altas), os moradores procuram atribuir maior prestígio e valor simbólico ao lugar onde vivem. Trata-se de uma estratégia de resignificação do espaço, por meio da qual o território deixa de ser percebido apenas como um conjunto habitacional popular e passa a ser associado a atributos socialmente mais valorizados.

A mudança na forma de nomear o bairro revela que o projeto habitacional originalmente concebido pelo poder público não determina integralmente os significados atribuídos ao espaço por seus habitantes. Ao contrário, a apropriação cotidiana do território produz novas classificações e sentidos. Esse processo adquire um caráter particularmente significativo porque muitos moradores são oriundos de bairros cujas próprias denominações evocam condições de pobreza e marginalização. É o caso, por exemplo, dos bairros identificados como "vilas", a exemplo da vizinha Vila Ildemar.

Nesse contexto, tornar-se morador de um "residencial" representa, simbolicamente, a possibilidade de reposicionamento na hierarquia urbana e de reconstrução da própria identi-

---

<sup>14</sup> Todos os nomes apresentados neste texto são fictícios, utilizados com o objetivo de preservar a privacidade dos colaboradores da pesquisa. A escolha desses pseudônimos foi inspirada nos personagens da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

dade territorial, afastando-se, ao menos parcialmente, dos estigmas associados aos locais de origem. Embora reconheçam a persistência das representações negativas que recaem sobre o Jardim Aulídia, os moradores não permanecem passivos diante delas. Pelo contrário, mobilizam diferentes estratégias simbólicas para contestá-las e redefinir a imagem pública do bairro, sendo a valorização da categoria "residencial" uma das mais recorrentes.

Prosseguindo em nosso argumento, notamos que a estigmatização ocorre dentro e fora do conjunto habitacional. Para os demais cidadãos, todos os moradores possuem uma marca de deterioração da identidade social que resulta em um comportamento moral desviado. Segundo Goffman (1982, p. 148), isso ocorre porque "normais e estigmatizados são perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro".

A observação em campo revelou que se o Jardim Aulídia ocupa uma posição subalterna nas hierarquias simbólicas da cidade, seus moradores também produzem classificações e distinções internas. Nas primeiras incursões em campo, era comum que residentes das quadras localizadas próximas à entrada do bairro nos alertassem para evitar deslocamentos desacompanhados às quadras mais distantes, sobretudo em horários de menor circulação de pessoas. Segundo esses interlocutores, essa porção do conjunto habitacional seria mais perigosa por concentrar pontos de comercialização de drogas. A localização relativamente isolada dessas quadras, situadas nas proximidades de áreas de mata, era frequentemente apontada como um fator que favoreceria tais práticas.

As situações de violência ocorridas no local também fortalecem essa impressão, inclusive, durante a visita de campo em 20 de setembro de 2023, aconteceu um duplo homicídio com moradores do bairro por volta das 9 horas da manhã, na Quadra 57, após um confronto entre facções<sup>15</sup>. No momento do ocorrido, um idoso que passava pela rua foi ferido e veio a óbito. A situação inusitada chamou a atenção para a delimitação espacial dessas últimas quadras em relação à violência dentro do bairro, reafirmando a cautela em transitar ali.

Quando questionados sobre o motivo de tanto receio em relação às "ruas de baixo", eles costumam dizer que é devido a problemas recorrentes na área (brigas, mortes e roubos), assim como em razão da visita constante da polícia no local, visto por eles como algo incomum, anormal. Conforme Goffman (1982, p. 12), "as pessoas normais preveem as categorias e os atributos de um estranho que se aproxima", o que denota a ideia de perigo e a necessidade de alerta constante sobre a área.

Em agosto de 2023, realizamos uma visita de reconhecimento às quadras socialmente classificadas como perigosas, sobretudo porque o receio que havíamos introjetado em relação a esses espaços já começava a se configurar não apenas como um problema na pesquisa, mas também como um problema de pesquisa. Em uma dessas manhãs, percorremos as ruas da Quadra 57, ocasião em que conhecemos Justina, mulher preta, de 19 anos, e Cabral, homem pardo, de 24 anos, ambos trabalhadores de estabelecimentos comerciais localizados naquela área, embora em locais distintos. Após serem informados sobre os objetivos e a finalidade da

<sup>15</sup> Segundo relatos recorrentes dos moradores, o Jardim Aulídia é também um território marcado pela atuação de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, sobretudo o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, cujas disputas ocasionais pelo controle de vendas de drogas no território são apontadas como uma das principais fontes de episódios de violência no bairro. Ainda que essas informações não tenham sido objeto de investigação específica nesta pesquisa, elas dialogam com um fenômeno mais amplo observado nos últimos anos: a expansão e a interiorização de facções criminosas nos municípios maranhenses. Organizações como o Comando Vermelho, o PCC e o Bonde dos 40 têm ampliado sua presença para além da Região Metropolitana de São Luís, passando a disputar mercados ilícitos e áreas de influência em cidades do interior, entre elas Açailândia (Cf. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

investigação, aceitaram colaborar com a pesquisa e prontamente disponibilizaram seus contatos para futuras conversas.

Na ocasião, Cabral relatou que era casado e trabalhava havia pouco tempo em um “sa-colão”<sup>16</sup>, cumprindo uma rotina diária que se estendia das 8h às 20h. Durante a conversa, contou-nos que era pai de um menino de 2 anos e que residia, com a família, em uma casa alugada localizada na rua atrás do estabelecimento comercial onde trabalhava. Segundo o interlocutor, anteriormente havia morado em outro imóvel no bairro, pertencente à sua sogra; no entanto, após ela solicitar a devolução da casa, a família mudou-se para o estado do Pará. Em janeiro de 2023, ao retornarem para Açailândia, optaram novamente por residir no bairro. Entre os motivos mencionados para essa escolha estavam o baixo custo do aluguel – no valor de R\$ 250,00 –, a proximidade com o local onde conseguiu trabalho e também a afinidade que possuíam com o bairro. Cabral relatou ainda que sempre realizou inscrições no PMCMV na expectativa de conseguir uma moradia própria, mas em nenhuma ocasião foi contemplado<sup>17</sup>.

Quando questionado sobre a relação dele com as demais áreas do bairro, conta que já morou nas primeiras ruas, porém, é difícil encontrar casa nessa área, pois “todo mundo quer morar lá” por ser perto do acesso ao residencial e também mais movimentado. Confessa que preferia ter voltado para as ruas onde morou inicialmente, mas reconhece que a sua condição financeira não permitiu. Apesar de estar ciente das representações em torno da quadra em que reside atualmente, considera que há muito exagero nas coisas ditas, e que tem uma vida tranquila na sua moradia. No entanto, não deixou de reconhecer que por horas se sente desconfortável com as impressões que ouve sobre as imediações de sua casa.

Em outra oportunidade pudemos conhecer um pouco sobre Justina, solteira, que trabalha em um minimercado e mora com os pais (em residência própria) há quatro anos. A casa fica localizada próxima à quadra de esportes – o local referenciado pelos moradores da avenida principal como foco de violência/perigo. Porém, os relatos apresentados pela jovem sobre o local também apontam que há um super dimensionamento para os problemas de violência na área. Afirmou transitar livremente pelas ruas adjacentes a qualquer hora do dia, sem sentir-se em risco. Visitando Justina novamente em março de 2024, soubemos que estava cursando, pela noite, o ensino médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que retornava das aulas por volta das 22 horas. Comentou que esse horário tem pouco movimento nas ruas próximas e geralmente as casas já estão fechadas, mas que até então não sofreu qualquer tipo de violência ou tentativa.

Em análise do relato anterior, percebemos que é possível parafraseá-la com o que foi apresentado por Goffman (1982, p. 12), para quem “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. O autor presume duas identidades para a pessoa estigmatizada:

A real e a virtual. A identidade real é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com o estranho que aparece a sua volta, portanto, são exigências e imputações de caráter, feitas pelos normais, quanto ao que o estranho deveria ser. Deste modo, uma

<sup>16</sup> Nome popular para lojas especializadas na venda de legumes e verduras.

<sup>17</sup> É importante observar que os aluguéis existentes no Jardim Aulídia são realizados na informalidade. Durante o período de financiamento, as unidades habitacionais permanecem alienadas fiduciariamente à Caixa Econômica Federal e, por se tratarem de imóveis vinculados ao PMCMV, voltado à habitação de interesse social, sua venda, locação ou utilização comercial não são permitidas pelas regras do programa. Ainda assim, a ocorrência dessas práticas revela os processos de adaptação e apropriação do espaço pelos moradores, que frequentemente reinterpreta as normas institucionais a partir de suas necessidades cotidianas.

dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (Goffman, 1982, p. 13).

Nessa perspectiva, os moradores das quadras situadas entre as ruas 50 e 70 (localizadas na porção mais distante do conjunto habitacional) passam a conviver com uma tensão entre aquilo que Goffman (1982) denomina “identidade social real” e “identidade social virtual”. De um lado, encontram-se as experiências efetivas vividas por esses residentes, marcadas por rotinas de trabalho, relações de vizinhança e formas ordinárias de sociabilidade. De outro, estão as representações produzidas por moradores de outras áreas do bairro e da cidade, que frequentemente associam essa região à violência, ao tráfico de drogas e à insegurança.

É justamente essa identidade virtual, construída a partir de classificações externas, que contribui para a estigmatização do local, de modo que episódios isolados de violência geram um “nivelamento para baixo”<sup>18</sup>. Entretanto, os moradores que vivem nessas quadras descrevem o cotidiano local como relativamente tranquilo e seguro. Embora reconheçam a possibilidade de furtos, assaltos ou homicídios, argumentam que tais riscos não diferem substancialmente daqueles encontrados em outras partes do Jardim Aulídia ou mesmo em outros bairros de Açailândia.

Observamos que, enquanto a cidade aponta o bairro como perigoso, os moradores transferem o perigo para determinadas partes da localidade. Entendemos tais ações como uma prática do que Conceição (2018, p. 259) chamou de “reendereço do estigma”. Segundo o referido autor:

Para manter a imagem moral limpa ou para manter os efeitos da distinção, é necessário construir estratégias de manutenção da ‘ordem’ instituída, e a principal delas relaciona-se a criar formas de mostrar que os problemas os quais assolam o lugar não podem ser vistos como normais, mas como exceções não enquadradas na regra (Conceição, 2018, p. 259).

Assim como na pesquisa realizada por Conceição (2018), no Conjunto Habitacional Jardim Aulídia percebemos que ocorre uma distinção entre os indivíduos, de modo que aquele que é visto como anormal mediante uma virtual conduta torna-se responsável por todos os problemas decorrentes, “como uma estratégia de purificação da imagem” (Conceição, 2018, p. 260). Assim, diante de todas as acusações remetidas ao bairro e seus moradores, os residentes apontam para aqueles que vivem em um dos seus pedaços, como se afirmassem que o bairro seria um ótimo lugar para morar se não fossem os sujeitos que ali habitam. Essa relação de classificação e evitamento existente entre moradores das primeiras e últimas quadras do bairro é “[...] uma forma de reendereçar o estigma, e, dessa vez, não só para os sujeitos, mas também para o espaço no qual vivem [...]” (Conceição, 2018, p. 271).

## **Muros, grades e distinções: transformando casas e reputações**

Era habitual ouvirmos comentários de moradores que habitam da Quadra 23 até a Quadra 47 que “moravam na Zona Norte”<sup>19</sup>. Para incluir essa área do bairro como o topo da hierarquia

<sup>18</sup> “As pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência padrão produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de nivelamento” (Bourdieu, 2008, p. 166).

<sup>19</sup> O nome de Zona Norte refere-se à área do município de São Paulo, situada ao norte do Rio Tietê, que é comumente apresentada nas novelas como uma área de boa infraestrutura, alta valorização e custo de vida elevado.

interna, os moradores valiam-se principalmente das alterações feitas nos imóveis. Vale recordar que as casas, quando entregues pela CEF, tinham uma mesma estrutura e dimensões. Tais quadras apresentavam uma grande quantidade de casas cujas reformas alteravam tanto a estrutura interna e externa do imóvel a ponto de ficarem irreconhecíveis.

Figura 3 – Casas no residencial



Legenda: a imagem à esquerda apresenta um modelo original da casa (na Quadra 51), ao passo que a foto da direita traz algumas casas muradas e com fachadas alteradas, assim como outras em processo de reforma (Quadra 37).

A partir das imagens (Figura 3), observa-se que a casa amarela – primeira residência visível na fotografia à direita – pode ser tomada como representativa de parte significativa dos imóveis localizados nessa rua, sobretudo em razão das inúmeras modificações realizadas em sua estrutura original. Entre essas alterações destacam-se a elevação do muro, a instalação de portão e outros elementos que diferenciam o imóvel das casas padronizadas entregues pelo PMCMV (foto à esquerda).

Os moradores que promovem reformas dessa natureza costumam ser percebidos pelos demais como pessoas de maior poder aquisitivo, e fora do padrão que o imaginário da cidade tem sobre o morador local. Como consequência, produz-se uma valorização simbólica dessas áreas reformadas e, simultaneamente, uma depreciação das partes do bairro onde as residências permanecem mais próximas do modelo original do conjunto habitacional.

Vale ressaltar ainda que, nesse conjunto de quadras apelidado de “Zona Norte”, identificamos uma quantidade significativa de moradores que não foram beneficiários originais dos imóveis pela CEF, mas que adquiriram as casas posteriormente. Em muitos casos, esses novos moradores apresentam um nível de renda superior ao perfil socioeconômico inicialmente contemplado pelo programa habitacional. Para esses, a estratégia de distinção por meio da alteração da casa torna-se ainda mais necessária, visando impedir uma identificação com os ocupantes originários.

Outra forma de modificação/alteração observada em muitas casas caracteriza-se pelo reforço de segurança com a construção de muros, cerca elétrica e monitoramento com câmeras. A condição de vigilância é muito marcante nas áreas iniciais do bairro, o que poderia ser um indício de cuidado em relação à violência e ao perigo nas áreas a partir da Quadra 50, onde estaria confinado o “suposto” perigo do bairro.

A construção dessa rede de segurança nos domicílios do bairro é comum, principalmente na área próxima à entrada. Certa vez, observamos a presença de várias câmeras em uma pequena mercearia na entrada do bairro. Perguntamos a Capitu, uma mulher branca, casada, de aproximadamente 60 anos e dona do comércio, o motivo de tantas câmeras e se ela já teve

experiências (ou soube de ocorridos próximos) com assaltos. Respondeu-nos: *"Graças a Deus não. Mas é bom prevenir, as ruas daqui são muito desertas, você vê [aponta mostrando a rua]? Não tem ninguém nas portas. Além do mais, passam pessoas estranhas direto por aqui. E a gente nunca sabe quem é bandido"*.

No relato apresentado, percebemos que não houve situações de roubo ou violência no local, o que nos leva a considerar – tanto esse relato quanto outros em conversa com demais moradores – que o uso desses equipamentos não é apenas para segurança, mas configura-se como uma forma de se distinguir da característica de conjunto habitacional, estando mais próximo da ideia de residencial. Desse modo, "o grupo cujo desejo é a distinção observa uma vantagem nessa guetificação, pois as fronteiras físicas também se convertem em fronteiras simbólicas, demarcando a diferenciação esperada" (Conceição, 2018, p. 192).

Podemos ressaltar que os moradores do Jardim Aulídia, independentemente da área em que morem, são vistos pelos demais cidadãos como perigosos. Ao se mostrarem sedentos por segurança, também se enquadram no grupo das possíveis vítimas, e não dos perigosos. Se as câmeras e demais equipamentos de segurança possuem mais um uso simbólico do que prático, cremos estar falando de uma "estética de distinção"<sup>20</sup>, que coloca esses sujeitos mais distantes dos efeitos do estigma.

## Conclusão

As análises apresentadas ao longo deste artigo permitem compreender que o Conjunto Habitacional Jardim Aulídia extrapola a condição de simples empreendimento de habitação popular, constituindo-se como um espaço marcado por disputas simbólicas, processos de estigmatização e estratégias cotidianas de reconstrução moral e social do território. A pesquisa evidenciou que o estigma atribuído ao bairro – sintetizado sobretudo na alcunha "Pé na Cova" – produz impactos concretos na forma como os moradores são percebidos pelos demais cidadãos e também na maneira como passam a interpretar a si mesmos e o lugar onde vivem.

Entretanto, o trabalho etnográfico demonstrou que os moradores não assumem passivamente tais classificações. Ao contrário, desenvolvem mecanismos variados de enfrentamento e resignificação do espaço, por meio da valorização do nome "Residencial Jardim Aulídia", da produção de hierarquias internas entre diferentes áreas do bairro ou ainda das transformações realizadas nas moradias. As reformas nas casas, a instalação de dispositivos de segurança e a incorporação de elementos associados à estética de condomínios e residenciais revelam tentativas de afastamento simbólico da imagem de conjunto habitacional popular e das representações negativas associadas à pobreza urbana.

Observamos também que o estigma territorial não opera de maneira homogênea. Se, externamente, o bairro aparece como um espaço genérico de perigo e marginalidade, internamente os moradores produzem distinções que deslocam os marcadores negativos para determinadas quadras, ruas ou sujeitos específicos. Tal dinâmica evidencia a existência de processos contínuos de "reendereço do estigma", nos quais determinados grupos buscam preservar sua respeitabilidade social deslocando a marca depreciativa para outros segmentos do próprio espaço habitado.

---

<sup>20</sup> Conceição (2018), em sua pesquisa de campo, também observou que uso de equipamentos de segurança estariam para além do medo do crime, configurados para além de uma estética de segurança, pois "a presença desses equipamentos está ligada a uma 'estética de distinção' e, essa distinção aproxima os condomínios populares mais dos outros condomínios que dos conjuntos habitacionais" (Conceição, 2016, p. 219).

Nesse sentido, o estudo reforça a importância de compreender as políticas habitacionais para além de seus aspectos quantitativos ou estruturais. Embora programas como o PMCMV sejam fundamentais para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, a pesquisa demonstra que a garantia da moradia não elimina automaticamente processos de segregação urbana, precarização simbólica e desigualdade socioespacial. Ao contrário, muitas vezes esses empreendimentos passam a reproduzir novas formas de periferização e classificação moral dos sujeitos.

Por fim, acreditamos que a nossa etnografia possibilitou captar dimensões do cotidiano que frequentemente escapam às análises mais estruturais sobre habitação popular. As experiências, narrativas e estratégias observadas no Jardim Aulídia revelam que os moradores reinterpretem continuamente o espaço em que vivem, atribuindo novos sentidos às casas, às ruas e ao próprio bairro. Assim, entre pertencimentos, disputas e distinções, o conjunto habitacional transforma-se não apenas em lugar de moradia, mas em um espaço ativo de construção de identidades, sociabilidades e projetos de reconhecimento social.

## Referências

- ARAÚJO, José Alencar Viana de. *A região de influência de Imperatriz-MA: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde*. Dissertação (mestrado), MDU, UFPE, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Os efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Cartilha do Minha Casa Minha Vida*. Brasília: 2009.
- CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. In: CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. (org). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 7-16.
- CARLOS CRISTIANO NOTÍCIA. *Açailândia: município registra queda no número de homicídios em 2023*. Açailândia, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://www.carloscristiano.com.br/2023/12/acailandia-municipio-registra-queda-no.html>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- CARNEIRO, A. E. *“Pé na cova”, olho na casa: Um estudo de caso do Programa Minha Casa, Minha Vida Jardim Aulídia em Açailândia – MA*. 160 f. 2024. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2024.
- CGN OFICIAL. *Mulher decapitada no Residencial Jardim Aulídia*. Instagram, 18 jul. 2025. Publicação. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DMQJHY6T\\_Wi/](https://www.instagram.com/p/DMQJHY6T_Wi/). Acesso em: 14 jul. 2026.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *Sossega moleque, agora você mora em condomínio: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2018.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições70, 1996.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Cartografias da Violência na Amazônia 2025*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

G1 MARANHÃO. *População de Açailândia (MA) é de 106.550 pessoas, aponta o Censo do IBGE*. São Luís, 28 Jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/06/28/populacao-de-acailandia-ma-e-de-106-550-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2026.

G1 MARANHÃO. *Adolescente é baleado após troca de tiros com a PM em Açailândia*. G1 Maranhão, Região Tocantina, 1 jul. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/regiao-tocantina/noticia/2026/07/01/adolescente-e-baleado-apos-troca-de-tiros-com-a-pm-em-acailandia.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2026

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em seis das 27 UFs no 4º trimestre de 2025*. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 20 fev. 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45908-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-seis-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2025>. Acesso em: 15 jul. 2026.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. São Paulo: Editora Antofágica, 2022.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos metrópole*, v.11, n.21, p. 33-52, jun. 2009.

MEMÓRIA GLOBO. *Pé na Cova*. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/series/pe-na-cova/>. Acesso em: 15 out. 2023.

NASCIMENTO, Evangelista M. *Açailândia e sua história*. Ed. Ética: Imperatriz/MA. 1998.

PÉTONNET, C. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Tradução de Soraya Silveira Simões. *Antropolítica*, n. 25, p. 99-111, Jul. 2008.

PORTAL AÇAILÂNDIA. *Mais um homicídio é registrado em Açailândia; jovem é morto a tiros no Jardim Aulídia*. Instagram, 30 maio 2026. Reel. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DY9Zebyxxwp/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: Caio Santo Amore; Lucia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino (Org.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 52-70.

VIEIRA, J. C.; OLIVEIRA, L. A. Ferrovia norte-sul: impactos no desenvolvimento de Açailândia e Porto Nacional. *DRd – Desenvolvimento Regional Em Debate*, 10, p. 609-633, Jun. 2020.